

**Vítor Aguiar e Silva**

Universidade do Minho

## A VOCAÇÃO DA RETÓRICA

Ao comentar e valorar, em jeito de conclusão, um seminário organizado pelo *Centre Européen pour l'Etude de l'Argumentation*, em 19 e 20 de Janeiro de 1990, sobre problemas da retórica, Marc Fumaroli, credenciado especialista da história da retórica, afirmou que, ao longo do seminário, os participantes na reunião tinham conhecido uma experiência singularmente benfazeja: «On ressent comme une libération de la modernité, qui a rendu si difficile et qui a même compromis le sens du dialogue. [...] On a le sentiment de se retrouver dans ce lieu central de l'esprit humain dont la modernité, éclatée, nous a exilés.» (Marc Fumaroli, 1990: 159).

O elogio da retórica entendida como a arte de persuadir e a exaltação do diálogo como manifestação central do espírito alimentado e guiado pela retórica são assim apresentados como sinais e frutos de um triunfo sobre a *modernidade* e como uma libertação relativamente a servidões impostas por essa mesma *modernidade*.

Se a forma pronominal da primeira pessoa do plural utilizada por Marc Fumaroli representa sinodoicamente o homem ocidental da época contemporânea, e não apenas os historiadores, teorizadores e simples admiradores da retórica, dever-se-á deduzir que, para o autor de *L'âge de l'éloquence. Rhétorique et 'res literaria' de la Renaissance au seuil de l'âge classique*, a *modernidade* empobreceu, desfigurou e mutilou a vida espiritual desse homem, condenando-o a um exílio interior de que o veio a salvar o coevo e vitorioso regresso da retórica. Por outras palavras, para Marc Fumaroli o renascimento da retórica marca o fim da *modernidade* e assinala o advento de um tempo novo na história do homem e da cultura ocidentais.

Qual a *modernidade* assim exautorada e exorcismada por Fumaroli como culpada pelo declínio da retórica e pelo conseqüente desfiguramento, segundo o seu juízo, do espírito humano?

Curiosa e significativamente, a acusação tem de ser entendida como endereçada às *duas modernidades*<sup>1</sup> que, em conflito profundo entre si, partilham a cena cultural europeia desde o fim do século XVIII: a *modernidade* racionalista e iluminista, que remonta a Galileu e a Descartes e que tem em Kant a sua formulação filosófica mais rigorosa e coerente, e a *modernidade* romântica e pós-romântica, anti-racionalista e anti-iluminista. Tanto uma como outra *modernidade*, com efeito, minaram os alicerces e derruíram as seculares construções da retórica, considerada por ambas as *modernidades* como expressão e instrumento de um mundo e de um homem irremediavelmente *antigos*.

Efectivamente, o empirismo lógico e o racionalismo de Seiscentos, desde Galileu e Descartes, retomaram e aprofundaram as acusações de Platão contra a

retórica. Segundo a epistemologia cartesiana, o conhecimento da verdade funda-se no critério da *evidência*, na demonstração *more geometrico*, na elaboração de *ideias claras e distintas*. O conhecimento científico não é compaginável, por conseguinte, com o conhecimento do verosímil e do provável, isto é, um conhecimento que se desenvolve e se constrói através da *argumentação*, da *captatio benevolentiae*, da *lisonja* (*Kolakeia*), até alcançar a forma de uma *deliberação* sobre alguém ou sobre alguma coisa e do *louvor* ou do *vitupério* acerca de alguém. Os domínios da lógica e da racionalidade matemática são infensos à *opinião* (*doxa*) e à *convicção* (*pistis*).

John Locke, no seu *Essay concerning human understanding* (1690), uma das pedras angulares da modernidade empírico-racionalista, denuncia a retórica como inimiga da razão e como instrumento de insinuação e difusão de ideias erróneas, falaciosas e enganadoras: «But yet, if we would speak of Things as they are, we must allow that all the Art of Rhetorick, besides Order and Clearness, all the artificial and figurative application of Words Eloquence hath invented, are for nothing else but to insinuate wrong Ideas, move the Passions, and thereby mislead the Judgment; and so indeed are perfect cheat.» (John Locke, 1975: 508).

O § 53 da *Kritik der Urteilskraft* de Kant, publicada em 1790, culmina os ataques da modernidade iluminista à retórica, ao mesmo tempo que abre os horizontes da modernidade estética, legitimando e autonomizando a esfera dos valores artísticos. Relativamente a Platão, Kant leva a cabo nestê parágrafo da *Crítica do juízo* uma revolução que é capital no desenvolvimento das duas modernidades: confirma a condenação platónica da retórica, denegando-lhe o estatuto de *epistēmē* e mesmo de *technē*, mas exalta a poesia, ilibando-a das acusações formuladas por Platão e libertando-a das restrições e servidões que lhe impusera o racionalismo da *Aufklärung*.

Segundo Kant, a poesia, ao libertar a imaginação e graças ao jogo da diversidade ilimitada das suas formas, potencia a alma e proporciona-lhe o reencontro da sua liberdade, levando-a a transcender os limites da experiência, dos sentidos e do entendimento e a conhecer os domínios do supra-sensível. Pelo contrário, a eloquência e a arte de persuadir, isto é, a retórica, merecem a Kant um libelo implacável. Quer se trate de leis civis, do direito das gentes, de qualquer modalidade de ensino ou de qualquer atitude do espírito, a retórica funciona como uma *máquina* de sedução e persuasão que corrompe o entendimento e a vontade dos homens, não sendo portanto digna de qualquer respeito. Em Atenas como em Roma, escreve Kant, a arte da retórica «não alcançou o seu grau supremo senão num tempo em que o Estado corria para a sua ruína e em que se tinha apagado todo o verdadeiro patriotismo» (Emmanuel Kant, 1984: 155).

A condenação da retórica formulada pela modernidade racionalista e iluminista perdurou em todos quantos acolheram, prolongaram e aprofundaram o seu magistério. Aduzirei só dois exemplos bem elucidativos.

Gustave Lanson, num breve mas interessantíssimo ensaio publicado em 1902 e polemicamente intitulado «Contre la rhétorique et les mauvaises humanités», define

a retórica como «uma arte de falar bem sem pensar» e afirma que o ensino secundário, o grande motor da modernização da sociedade francesa após as reformas educacionais da III<sup>a</sup> República, devia preparar espíritos com formação científica, isto é, «des esprits qui aient le goût ou le sens de la vérité, qui portent en toutes leurs actions un désir sérieux de connaissance claire et exacte, que aient conscience des difficultés et des périls qu'on rencontre dans la poursuite ou l'élaboration du vrai, et qui, se défiant de tout le monde, d'eux-mêmes autant que des autres, prennent toutes les précautions indiquées en chaque espèce pour ne pas se tromper et n'être pas trompés; ces précautions sont ce qu'on appelle les méthodes. La recherche méthodique du vrai, voilà en un mot où consiste l'esprit scientifique, et le faire dominer dans l'enseignement secondaire, c'est subordonner toutes les études à l'idée que leur but commun, leur direction convergente doivent être de façonner des esprits qui, toute leur vie, en toutes choses, sachent pratiquer la recherche méthodique du vrai...» (Gustave Lanson, 1965: 58-59). O programa educacional assim delineado por Lanson, fundado nas exigências e nos objetivos da modernidade racionalista de Descartes e Kant, é exactamente o oposto do modelo pedagógico inspirado pela retórica.

O outro exemplo é o de Jürgen Habermas, o pensador que melhor representa, nos nossos dias, a herança do projecto da modernidade iluminista. No quadro da teoria da competência comunicativa e da pragmática universal construído por Habermas como fulcro do seu sistema filosófico, as três funções pragmáticas gerais do discurso realizam-se se e quando o falante tiver a intenção de comunicar uma proposição verdadeira (*wahr*), desejar exprimir as suas intenções de modo verídico (*wahrhaftig*) e escolher uma frase correcta (*richtig*) (Jürgen Habermas, 1979: 2-3). Na pragmática universal habermasiana, por conseguinte, a retórica não tem acolhimento: o discurso da comunicação, na sua estrutura, no seu funcionamento e nos seus objetivos, veicula significados objectiva e subjectivamente verdadeiros, configurando-se portanto como a antítese da comunicação orientada pela retórica.

A modernidade estética, representada pelo Romantismo e por estruturas periodológicas pós-românticas como o Simbolismo, o Modernismo e as Vanguardas, tinha de desqualificar, denegrir e banir, à semelhança da modernidade iluminista, mas por diferentes razões, a retórica. O corte com a retórica, proclamado de modo altissonante, como era seu hábito, por Victor Hugo no prefácio do *Cromwell*, simbolizava o corte com a antiguidade greco-latina entendida e valorada *sub specie* neoclássica — não nos esqueçamos de que há *leituras* românticas dessa antiguidade, em particular da antiguidade helénica —, representava a afirmação da arte e dos valores estéticos como expressão de uma subjectividade hipertrofiada, de uma originalidade que recusava modelos e *loci communes*, de um desafio e de uma transgressividade que abalavam, corroíam e mesmo denegavam a razão, o mundo e Deus.

A dissociação dos conceitos de poesia e de literatura, que tem matriz romântica, que foi conscientemente elaborada por Baudelaire (cf. Gehrard Goebel-Schilling, 1988: 12-15) e que conheceu formulações radicais com o Simbolismo, com o



Modernismo e com a estética de Croce, co-envolve juízos de valor negativos ou, pelo menos, pouco lisonjeiros em relação à retórica. Com efeito, na contraposição terminológica e conceptual entre poesia e literatura, o termo e o conceito invariavelmente desqualificado é *literatura*, porque a literatura é considerada como um *corpus* textual cujo objectivo é persuadir e influenciar os leitores, insinuando ou fazendo a propaganda de valores morais, políticos, sociais, etc., e como um discurso que explora de modo hábil, astuto e ostensivo, meios formais e semânticos aptos a lisonjear e a seduzir a sensibilidade e o gosto de um público leitor pretensioso, mas irremediavelmente de tipo *middlebrow*. Juan Ramón Jiménez, na sua conferência intitulada «Poesía y literatura», caracteriza a literatura, de modo explícito, como um discurso marcado pela retórica: «Entre poesía y literatura hay la misma distancia, por ejemplo, que entre amor y apetito, sensualidad y sexualidad, palabra y palabrería, ya que la literatura es jactanciosa, exajerada, donjuanesca y tiene el énfasis por ámbito y la manera por modo. La poesía puede ser sólo intrincada, difícil, que la ampulosidad no es propia de la idea, del espíritu, sino de la palabra y de la pluma. De ahí que la literatura haya inventado la retórica<sup>2</sup>, que es el juego malabar de los escritores listos.» (Juan Ramón Jiménez, 1982: 84-85).

Se as duas modernidades, por força da sua lógica profunda, provocaram assim o declínio e o eclipse da retórica, tal não significa, por exemplo, que nos textos literários do Romantismo, do Simbolismo, do Futurismo, etc., não se manifestem elementos pragmático-semânticos e estilístico-formais que relevam da figuralidade da linguagem verbal, que decorrem de estratégias de enunciação e comunicação, que constituem peças, em suma, dos mecanismos da *elocutio* e da *dispositio* textuais. Seria tão absurdo pensar assim como pensar que os poemas homéricos, porque anteriores à invenção da retórica, não possuem metáforas, metonímias, hipéboles, etc. A retórica é um saber, uma *technē*, que descreve e estuda determinados aspectos ou mecanismos do funcionamento do discurso e cujo conhecimento, por parte de quem fala ou escreve e de quem ouve ou lê, pode contribuir para potenciar, complexificar, subtilizar ou refinar os processos de construção e de interpretação dos textos, mas que não deve ser considerado como a causa dos fenómenos discursivos que ele próprio descreve, classifica, analisa e ensina a praticar. Tais fenómenos resultam de um saber tácito, inconsciente, e de um saber adquirido que não coincide necessária, exclusiva ou mesmo predominantemente com o saber da *retorikē technē*. Nem os frequentadores do mercado das Halles, para retomar o célebre exemplo de Du Marsais, nem Mário de Sá-Carneiro ou Herberto Helder necessitaram de estudar e aplicar os preceitos de Quintiliano, Lamy ou Cândido Lusitano, para produzirem metáforas, metonímias, prosopopeias e preterições... Já o próprio Aristóteles, aliás, observa que todos falam com metáforas (*Ret.*, 1404b 33-34) e Cícero (*De orat.*, III, 38, 155), Quintiliano (*Inst. orat.*, VIII, 4, 86; VIII, 6, 6; VIII, 6, 51; VIII, 6, 75) e Santo Agostinho (*De doct. chr.*, III, XXIX, 40) admitem explicitamente a presença dos tropos e das figuras no falar comum.

Por isso mesmo se me afigura incorrecto e gerador de graves confusões utilizar o substantivo «retórica», como faz o grande linguista italiano Luigi Heilmann, para designar o estudo sistemático dos mecanismos de conotação ou das estruturas marcadas da língua e para designar também as supraestruturas que se constituem sobre a estrutura gramatical fundamental da língua (Luigi Heilmann, 1978: 22-23). Nesta última acepção, só tem sentido utilizar o termo «retórico» como adjetivo e falar, por exemplo, de «estruturas retóricas» de um enunciado ou de um texto.

Na sua condenação da *modernidade*, Marc Fumaroli sublinha que esta mesma modernidade tornou difícil e comprometeu o sentido do diálogo. Por outras palavras, Fumaroli pensa que o declínio e a desapareição da retórica afectaram a compreensão entre os homens e as culturas, prejudicaram a expressão e a coexistência de mundividências diversas, dificultaram a circulação sem conflitos de discursos plurais e distintos. Na base da crítica de Fumaroli encontram-se certamente estes pressupostos: a modernidade iluminista produziu um discurso unívoco que, pela sua própria verdade científica, se impôs como autoridade sem alternativa; a modernidade romântica e pós-romântica gerou discursos que tenderam para a subjectividade radical e para o hermetismo.

Esta crítica de Fumaroli é muito interessante, suscitando questões epistemológicas e estéticas a que, no âmbito deste estudo, só poderei consagrar uma breve análise.

Em primeiro lugar, a razão científica não é uma razão totalitária, imóvel e omniformativa. Não têm faltado, é certo, tentativas e tentações de converter a razão científica numa razão totalitária, como aconteceu com o positivismo, mas semelhante concepção da razão científica tornou-se suspeita pelo menos desde Henri Poincaré e tornou-se arcaica desde a publicação (1935) da *Lógica da investigação científica* de Karl Popper. Tanto no domínio das ciências da natureza como no domínio das ciências humanas e sociais, a construção do conhecimento científico realiza-se através de um *diálogo* contínuo e intermínimo entre os membros das comunidades científicas, quer num plano sincrónico quer num plano diacrónico, porque existe a consciência da provisoriedade do conhecimento construído.

Em segundo lugar, a modernidade artística, se tornou mais complexa e porventura mais difíceis a comunicação e o diálogo entre a obra de arte e o seu receptor, nunca destruiu as raízes e o horizonte desse diálogo, mesmo quando converteu o fascínio, a vertigem e a angústia do silêncio e da incomunicabilidade em tema da sua comunicação. A modernidade artística, isso sim, tem alargado e diversificado continuamente a sua esfera e as suas modalidades de diálogo, recusando a obra de arte como uma reiteração de códigos e modelos estáticos, como glosa de uma *opinio communis* ou como modulação melancólica e cansada de um universo textual irremediavelmente conclusivo. Os artistas modernos «difíceis», «obscuros» e «ininteligíveis» criaram públicos novos de leitores, de espectadores e de ouvintes e desenvolveram novos modelos e novas estratégias de inteligibilidade da obra de arte. É claro que a modernidade artística tem os seus marginais e até os seus párias, pois que todo o sistema cultural segrega os seus próprios *barbaroi*. Mas quem poderá



denegar a plurímota capacidade de diálogo da obra de Baudelaire, de Mallarmé, de Ungaretti, de Joyce ou de Borges, para referir apenas alguns autores da modernidade literária?

Como não contrapor aos juízos condenatórios de Marc Fumaroli as reflexões de Mikhaïl Bakhtine sobre o efeito esterilizante e destrutivo da retórica na esfera dialógica? É uma esfera frágil, sublinha Bakhtine, que pode ser estilizada e destruída por um assomo de violência, por uma ameaça à liberdade dos indivíduos, pela invocação de uma autoridade, pela imposição de uma verdade impessoal. «Na retórica», escreve Bakhtine, «há o direito incontestável e a culpa incontestável, há a vitória total e o aniquilamento do adversário. No diálogo, o aniquilamento do adversário destrói também a esfera dialógica que assegura a vida da palavra» (Mikhaïl Bakhtine, 1984: 371). A retórica do grande inquisidor aniquila; o silêncio e o beijo de Cristo redimem e salvam.

Esta concepção da retórica como um dispositivo do saber, da cultura e do poder simbólico que regula autoritariamente, sob a máscara de sedução e de persuasão, a produção e a circulação dos discursos numa determinada comunidade, corresponde tão-só a uma das faces da retórica. Se se definir a retórica como «the political effectivity of trope and argument in culture» (Steven Mailloux, 1989: XII), todas as instâncias e todos os agentes do poder, desde o Estado e a Igreja até ao professor, perfilham e põem em prática tal concepção *fundacionalista* da retórica. Um elucidativo exemplo deste fundacionalismo retórico é proporcionado por Terry Eagleton. Com a sua consumada destreza argumentativa, Eagleton recolhe do pensamento de Nietzsche a ideia de que a verdade é um mecanismo retórico, adopta a orientação ciceroniana da inseparabilidade da retórica e da prática política, aceita o ponto de vista platónico segundo o qual os efeitos retóricos são calculados «à luz de uma teoria da *polis* como um todo» e deriva destes fundamentos e pressupostos as seguintes conclusões: «Since all art is rhetorical, the tasks of the revolutionary cultural worker are essentially threefold. First, to participate in the production of works and events which, within transformed 'cultural' media, so fictionalize the 'real' as to intend those effects conducive to the victory of socialism. Second, as 'critic', to expose the rhetorical structures by which non-socialist works produce politically undesirable effects, as a way of combating what it is now unfashionable to call false consciousness. Third, to interpret such works where possible 'against the grain', so as to appropriate from them whatever may be valuable for socialism.» (Terry Eagleton, 1981: 113). A retórica fundacionalista está sempre ao serviço de uma *grande narrativa*, de um *metadiscorso global*, seja reaccionário, seja revolucionário, seja de esquerda, seja de direita.

A outra face da retórica contemporânea — herança, a meu ver, da retórica sofista denunciada no *Górgias* de Platão — configura-se como uma retórica *antifundacionista* e identifica-se com alguns dos temas e dos vectores fundamentais da *pós-modernidade*. Perante a multiplicidade dos valores e das crenças em confronto, ante a relatividade dos saberes e das formações culturais, a retórica é a arte de administrar

conflitos, de construir consensos, de alcançar soluções e interpretações que correspondam às características de uma dada situação conjuntural e às conveniências e expectativas dos indivíduos integrados nessa situação. Stanley Fish, um dos mais hábeis e brilhantes sofistas contemporâneos, afirma que «another word for anti-foundationalism is rhetoric, and one could say without too much exaggeration that modern anti-foundationalism is old sophism writ analytic» (Stanley Fish, 1989: 347). Esta retórica antifundacionista e pragmatista é reivindicada por Stanley Fish como uma posição da esquerda e como um instrumento ao serviço dos objectivos reformistas e revolucionários da esquerda.

Julgo ser indubitável que a retórica *antimoderna* de Marc Fumaroli, a retórica *moderna* de Terry Eagleton e a retórica *pós-moderna* de Stanley Fish são retóricas inescapavelmente ideológicas, isto é, ao serviço dos interesses e dos objectivos de determinadas ideologias. É essa, aliás, a vocação profunda e legítima de qualquer retórica. Por isso mesmo, deixam-me sempre perplexo os autores que apresentam a retórica como uma *ciência* — *ciência* dos discursos, *ciência* da expressividade ou *ciência* da literatura. Neste último caso, em especial, não serão apenas os ossos de Platão que se revolvem na tumba, mas também os de Aristóteles — ele que, para elaborar a poética, tanto rigor pôs na delimitação e na caracterização da poesia e que reconheceu, logo no limiar da sua *Retórica*, que a *retorikē technē* não possui um objecto de análise específico.

## Notas

<sup>1</sup> Sobre as duas modernidades, cf. Matei Calinescu, *Five faces of modernity*, Durham, 1987, pp. 41 ss.

<sup>2</sup> A afirmação de Juan Ramón Jiménez deve ser interpretada em sentido tipológico ou categorial e não em sentido histórico.

## Referências Bibliográficas

- BAKHTINE, Mikhaïl  
1984 *Esthétique de la création verbale*, Paris, Gallimard.
- EAGLETON, Terry  
1981 *Walter Benjamin or towards a revolutionary criticism*, London, Verso.
- FISH, Stanley  
1989 *Doing what comes naturally. Change, rhetoric, and the practice of theory in literary and legal studies*, Oxford, Clarendon Press.

FUMAROLI, Marc

1990 «Conclusion: Rhétorique persuasive et littérature», in Michel Meyer et Alain Lempereur (eds.), *Figures et conflits rhétoriques*, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles.

GOEBEL-SCHILLING, Gehrard

1988 *La littérature entre l'engagement et le jeu. Pour une histoire de la notion de littérature*, Marburg, Hitzeroth.

HABERMAS, Jürgen

1979 *Communication and the evolution of society*, London, Heinemann.

HEILMANN, Luigi

1978 «Retorica, neoretorica, linguistica», in Lea Ritter Santini & Ezio Raimondi (eds.), *Retorica e critica letteraria*, Bologna, Il Mulino.

JIMÉNEZ, Juan Ramón

1982 *Política poética*, Madrid, Alianza Editorial.

KANT, Emmanuel

1984 *Critique de la faculté de juger*, Paris, Vrin.

LANSON, Gustave

1965 *Essais de méthode, de critique et d'histoire littéraire*, Paris, Hachette.

LOCKE, John

1975 *Essai concerning human understanding*, Oxford, Oxford University Press.

MAILLOUX, Steven

1989 *Rhetorical power*, Ithaca — London, Cornell University Press.